

/ PALAVRA DO LEITOR

Planos de previdência

Para 92% dos brasileiros, a aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) não será suficiente para assegurar sua estabilidade financeira no futuro (Jornal do Comércio, edição de 14/10/2026). Todas as previdências privadas irão quebrar no futuro. A única garantia é a aposentadoria do Estado. Por isso é importante garantir que sejam proporcionados os ganhos reais ao longo do tempo. Não é um valor alto, mas é garantido. *(Ernane Pfuller)*



Jornada de trabalho

O prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, diz que o fim da escala 6x1 pode aumentar a tarifa de ônibus na Capital (JC, 15/10/2026). Já tiraram os cobradores dos ônibus e a tarifa não teve redução. Agora, para contratar alguns motoristas ficará mais caro? O prefeito acha ruim as pessoas terem direito a uma vida digna e saudável. *(Rafael Trindade)*

Jornada de trabalho II

As pessoas não entenderam que não existe almoço grátis. O fim da escala 6x1 trará muito desemprego. As pessoas serão substituídas por máquinas e além de ganharem menos terão que procurar outro emprego e trabalhar mais. *(Alessandra Rodrigues Belegante)*

Ivoti

Enquanto a imigração alemã começou a se estabelecer na região de Ivoti em 1826, cerca de 140 anos depois, em 1966, famílias japonesas chegaram ao município do Vale do Sinos (JC, 13/10/2026). Ao falar de diversidade, temos que lembrar também dos povos originários. Imigrantes alemães e japoneses preservam sua cultura e mesclam usos, costumes e tradições. Compomos um mosaico identitário. *(Andrea Schneck)*

Cães

Ataques de pitbull provocam debate sobre responsabilidade de tutores (JC, 02/10/2026). Até quando cães da raça pitbull continuarão a atacar idosos e crianças? Este tipo de animal deveria ser proibido, pois seus tutores, irresponsáveis, não os mantêm afastados da comunidade e os consideram mansos. *(Luiz Serpa, por e-mail)*

Gestão

O Rio Grande do Sul terá 77 empresas reconhecidas na 16ª edição do ranking GPTW, em um evento que reunirá cerca de 600 convidados no dia 27 de outubro (JC, 15/10/2026). A parceria entre o Great Place To Work (GPTW) e o Jornal do Comércio é muito importante. Certamente terá um impacto gigantesco nas pessoas. *(Márcia Saraiva)*

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. É necessário indicar no título do e-mail se é “Artigo” ou “Palavra do Leitor”. Os artigos e cartas publicados com assinatura são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

O Congresso pode abolir a Lei da gravidade?

Matheus Baumbach

Se o Congresso aprovasse o fim da gravidade, as coisas continuariam caindo. Na economia, parlamentares também não conseguem abolir a escassez por votação. A aprovação do fim da escala 6x1 expõe essa pretensão: oferecer mais descanso, preservar salários e tratar a conta como se ela pudesse simplesmente desaparecer.

Ludwig Von Mises reconhece, em “Ação Humana”, a desutilidade do trabalho. Trabalhar exige esforço e renúncia ao lazer. Portanto, desejar mais descanso é perfeitamente racional. O problema é que esse descanso não é gratuito, como os políticos apresentam. Uma lei pode reduzir a jornada preservando o salário nominal, mas não garante que a produção e o poder de compra permaneçam iguais. Existe uma restrição incontornável: para distribuir mais riqueza, é preciso produzi-la.

Em um estabelecimento comercial, o atendimento exige pessoas presentes. Reduzir a jornada sem reduzir o salário aumenta o custo da hora trabalhada. Sem ganhos de produtividade, manter o atendimento pode exigir mais contratações. Uma alternativa pode ser reduzir os dias trabalhados, o que impactaria na receita. Nenhuma dessas escolhas elimina o custo, o qual tem um limite de quanto pode ser absorvido. Há um incentivo para repassá-lo para o preço dos produtos.

Nesse momento a promessa encontra o bolso de quem deveria beneficiar. O trabalhador também é um consumidor, e, se bens e serviços en-

carecem, ter o mesmo salário trabalhando menos não preserva seu poder de compra. É preciso julgar uma medida por suas consequências, não apenas pelo benefício anunciado.

A redução sustentável da jornada é consequência do aumento da produtividade. Quando se produz mais por hora, torna-se possível trabalhar menos sem perder poder de compra. Impor o caminho inverso é tentar eliminar o sintoma sem tratar a doença. Essa lei não faz a economia produzir mais.

Seria ingenuidade atribuir tudo isso à ignorância. O incentivo eleitoral me parece óbvio, uma vez que o benefício rende o discurso, e os custos aparecem depois, espalhados entre preços, vagas e negócios. O desafio que proponho a quem promete é explicar quem vai acabar pagando essa conta. Todos nós merecemos tempo livre, e o caminho sustentável para obtê-lo passa por investimento, qualificação e produtividade. Políticos podem mudar a legislação. Não podem revogar a escassez nem a lei da gravidade.

*Empresário do ramo gastronômico e associado do Instituto de Estudos Empresariais (IEE)*

Quando se produz mais por hora, torna-se possível trabalhar menos sem perder poder de compra

Por um uso ético da IA na educação

Shaysann Kaun

Ser contra ou a favor da inteligência artificial não é, hoje, uma prerrogativa das escolas. O uso dessa tecnologia, tanto por alunos quanto por professores, é uma realidade. E embora ainda não tenhamos legislação definitiva ou certezas sobre os efeitos da IA no aprendizado, o contexto inédito pede ação. Diante da nossa responsabilidade em

Quanto maior o uso da IA, maior a exigência de transparência: declarar e citar o conteúdo gerado

proteger a formação do pensamento crítico que alimenta o desenvolvimento humano, é fundamental acompanharmos o desenvolvimento e as possibilidades da IA.

A Pan American - The International School of Porto Alegre optou por formalizar uma política própria de uso ético de inteligência artificial, a partir da premissa de que a tecnologia deve ampliar o raciocínio - nunca substituí-lo.

Na prática, criamos uma escala de cinco níveis que determina o quanto alunos e professores podem utilizar IA em cada tarefa. Quanto maior o uso da IA, maior a exigência de transparência: declarar e citar o conteúdo gerado. Incluímos pontos de verificação nos projetos de longo prazo, nos

quais o aluno deve demonstrar como construiu seu pensamento.

Mais do que regular, a política de uso da IA precisa ensinar. Nosso currículo integra engenharia de prompts, identificação de vieses e verificação de informações, reforçando sempre que a inteligência artificial não é fonte de verdade absoluta. Investimos ainda na formação da equipe com especialistas da área desde 2025. Seguimos testando, aprendendo e adaptando nossas diretrizes, pois o ensino está em plena transformação. E, de certa forma, a inteligência artificial conecta e acelera múltiplas crises que afetam o ensino.

Além de profundas alterações no mercado de trabalho e de questionamentos sobre a utilidade de uma formação acadêmica, há o impacto das mudanças climáticas e de um contexto global de conflitos e instabilidade. Não é surpreendente que muitas crianças e adolescentes troquem a esperança pela ansiedade ao pensar no futuro. Também por isso, a escola precisa ser uma bússola para a inovação positiva.

Diante das incertezas, nos apoiamos no princípio que guia a educação internacional: a habilidade de perguntar e a liberdade para questionar formam cidadãos capazes de liderar as mudanças necessárias onde quer que estejam e nos contextos mais desafiadores.

*Superintendente da Pan American - The International School of Porto Alegre*